

Prefácio

Em 18 de janeiro de 2018, o coletivo Stop Despejos! organizou o seu primeiro piquete para parar um despejo com demolição, no Bairro 6 de Maio, um bairro autoconstruído, de “barracas”¹, em Amadora, cidade da cintura suburbana de Lisboa. Cerca de 40 ativistas conseguiram fazer com que as escavadoras – protegidas por um cordão de polícia – acabassem por retroceder e abandonar o bairro. Talvez o momento mais significativo, capturado no vídeo que documenta a ação, é quando o coordenador do aparelho policial dá a volta para avisar o resto da equipa que o despejo não será hoje². No fundo do campo visual há duas mulheres, uma das quais com um dossiê de documentos: quase certamente funcionárias dos serviços sociais da Câmara Municipal de Amadora.

Nas dezenas de ações violentas de despejo que marcaram várias décadas de história de bairros como o 6 de Maio³, atrás do aparelho policial pode-se sempre vislumbrar a presença de funcionários ou funcionárias dos serviços sociais, formal e tecnicamente responsáveis para oferecer acompanhamento aos núcleos domésticos que não consigam encontrar uma solução habitacional no mercado – o que, no caso das demolições de bairros autoconstruídos, acontece com toda a gente. Como recontados dezenas de vezes por moradores e ativistas, o que estes serviços podem oferecer é, normalmente, o número de telefone da segurança social ou de alguma organização de caridade – geralmente as Santas Casas da Misericórdia – que, por sua vez, podem oferecer alguns dias ou semanas de permanência em pensão, em muitos casos com a necessidade de separar o núcleo doméstico (tipicamente os homens das mulheres e, consequentemente, das crianças).

Em Portugal, quem tem participado nas lutas pela habitação, seja no papel de morador/a afetado, ativista ou académico/a, identifica no serviço social um ator que serve para justificar e normalizar a violência estrutural e direta dos despejos de Estado – como, de facto, longamente documentado em vários outros contextos europeus⁴.

É esta uma das razões pelas quais tive muita sorte em ser contactado, há uns tempos, pela Francine Helfreich enquanto estava a planear um período de pós-doutoramento em Lisboa. O ano que Francine passou em Lisboa foi, para mim e para muitos e muitas colegas, realmente esclarecedor quanto ao potencial social e político de uma profissão que, em Portugal e na Europa, está muito aquém da realização desse potencial – no serviço social, pelo menos, a Europa tem muito a aprender “do Sul” no geral, e do Brasil no específico.

Entre os resultados desse pós-doutoramento, este livro, no recolher uma pluralidade de perspectivas teóricas e práticas sobre o serviço social e a questão urbana no Brasil, se constitui como um importante instrumento para quem pratica e quem estuda nos dois lados

¹ “Bairro de barracas” foi longamente o termo mais utilizado em Portugal – inclusive nos documentos legais de vários programas de realojamento lançados ao longo dos anos – para denominar bairros informais precários, isto é, o que em Brasil seria uma favela.

² Ao minuto 1’ e 20” do vídeo disponível em <https://stopdespejos.wordpress.com/portfolio/bairro-6-de-maio-amadora-18-janeiro-2018/>.

³ Há mais exemplos no site de Stop Despejos!. Para duas reconstruções históricas e antropológicas da “erradicação” das “barracas” no município de Amadora, ver Giacomo Pozzi, 2017, *Comes cachupa, falas crioulo!* “Notas etnográficas militantes sobre estratégias de construção e destruição do Bairro Santa Filomena, Amadora”, Lisboa: Associação Habita; Ana Rita Alves, 2021, *Quando Ninguém Podia Ficar. Racismo, habitação e território*, Lisboa: Tigre de Papel.

⁴ Ver, por exemplo, Ian Cummins, 2019, “Reading Wacquant: Social work and advanced marginality”, *European Journal of Social Work*, vol. 19, n. 2, pp. 263-274.

do Atlântico, precisamente por subverter claramente a relação observada na Europa entre a prática profissional e o campo dos “direitos” – e por conceptualizar de forma rica o papel do “urbano” nessa prática e na produção desses direitos.

Na sua estruturação em três partes, o livro afunila progressivamente o argumento. A primeira parte é dedicada à uma definição da questão urbana no contexto brasileiro, com contraponto para a experiência portuguesa, com atenção para as múltiplas e profundas desigualdades em volta da questão da habitação/moradia em contextos de capitalismo semiperiférico. A segunda parte, coerentemente com o assentar-se do livro primariamente nas experiências de dois núcleos de trabalho na região metropolitana de Rio de Janeiro (o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares e o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos), leva o leitor para a região carioca. Especial atenção é dada aos contextos favelados – com destaque para o Complexo da Maré –, lugares onde o conflito entre desenvolvimento desigual e direitos urbanos é mais evidente. Finalmente, a terceira parte, que coloca claramente o serviço social no centro do debate, explora o conflito entre os valores e princípios da profissão – que deveriam orientar o trabalho para a provisão universal de habitação/moradia – e os retrocessos que o processo de neoliberalização implica na provisão de direitos. Um eixo conceptual transversal a todo o livro, coerentemente com o impacto profundo do Henri Lefebvre na academia (crítica) brasileira⁵, é a lente do “direito à cidade” – na sua dupla componente de acesso aos direitos e de possibilidade de participar à produção do próprio espaço urbano –, que se torna em verdadeiro “instrumento” normativo e pragmático de construção de formas de “saber fazer”. As contribuições, no seu conjunto, oferecem um mapeamento amplo e complexo das possibilidades e realizações do serviço social na questão urbana.

Em jeito de reflexão final, deixem que volte outra vez para Portugal, para uma viagem no tempo. Num livro publicado há poucos meses, Ana Drago aborda criticamente as relações entre participação política e questão urbana durante e depois da revolução portuguesa de 1974-75. Na sua análise do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) – política pioneira de *slum upgrading* e participação lançada pelo ministro Nuno Portas em 1974 –, Drago destaca a importância das equipas de serviço social na construção da comunidade política necessária às operações no terreno⁶.

Enquanto finalizo este prefácio, no verão de 2024, Portugal está no ano em que celebra os 50 anos do 25 de Abril, o dia que acabou com a ditadura do Estado Novo e abriu para um período, o PREC, Processo Revolucionário em Curso, em que o país avançou na direção do socialismo e colocou as fundamentais – muitas das quais foram desmanteladas nas décadas seguintes de normalização democrática – de um país mais justo, democrático e politizado. Durante este ano, o *mainstream* das celebrações tem-se esforçado para normalizar o 25 de Abril enquanto momento de início de uma democracia liberal e europeia⁷ e assim apagar os componentes genuinamente revolucionários da última revolução socialista em terreno europeu. Outras e outros têm-se esforçado, antes pelo contrário, para recuperar a

⁵ Ver Bianca Tavorali, 2016, “Direito à cidade: Uma trajetória conceitual”, *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 35, n. 1, pp. 93-109.

⁶ Ana Drago, 2024, *A cidade democrática. Habitação e participação política no pós-25 de Abril*, Lisboa: Tinta da China, pp. 124-126.

⁷ Ver Giulia Strippoli, 2024, “I garofani sono ancora rossi? I 50 anni della rivoluzione portoghese nel dibattito pubblico”, *Storie in Movimento*, <https://storieinmovimento.org/2024/04/22/i-garofani-sono-ancora-rossi/>.

lição do PREC, e as possibilidades que a sua história abre, também no campo da habitação e do serviço social⁸.

Esta breve viagem ao passado serve para desmistificar a ideia de que os problemas dos serviços sociais (europeus) do hoje sejam inevitáveis – já tivemos melhor. Precisamos, então, de um esforço – teórico, analítico, operacional – para o qual este livro organizado por Francine Helfreich se constitui como um importante instrumento. Obrigado.

*Simone Tulumello,
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa,
simone.tulumello@ics.ulisboa.pt*

⁸ Ver Drago, 2024, *A cidade democrática*, cit.; Simone Tulumello, 2024, *Habitação para além da “crise”. Políticas, conflito, direito*, Lisboa: Tigre de Papel, capítulo 4.